



**PARTIDO PODEMOS:
NOVAS PRÁTICAS POLÍTICAS NA ESPANHA**

PODEMOS PARTY: NEW POLITICAL PRACTICES IN SPAIN

Rosemary Segurado*

Resumo: O Partido Podemos surgiu em 2014 no contexto de crise econômica e política e a partir dos protestos conhecidos como 15M, na Espanha. O objetivo deste texto é analisar as práticas políticas adotadas pelo partido que emerge como novidade no contexto de crise da democracia representativa. A metodologia utilizada para a execução da pesquisa se baseou em trabalhos bibliográficos e na análise do site do partido. Discutiremos as práticas políticas adotadas pelo Podemos na busca da transformação do sistema político espanhol e o novo modelo de ativismo que se propõe a inovar as formas da organização partidária, redimensionar o papel da liderança política com o objetivo de ampliar a participação popular e garantir a implementação de interesses da população na esfera institucional. Analisaremos o uso de dispositivos em rede que concentra a capacidade de informar e mobilizar, permitindo a descentralização da política e questionando concretamente a representação tradicional por meio da transversalidade e horizontalidade na estrutura partidária.

Palavras-chave: Partido-movimento; Participação; Representação; Transversalidade; Horizontalidade.

Abstract: The Party Podemos was born in 2014 in the context of economic and political crisis and from the protests known as 15M, in Spain. The objective of this paper is to analyze the political practices adopted by the party that emerges as a novelty in the context of the crisis of representative democracy. The methodology used to conduct the research was based on bibliographic work and party site analysis. We will discuss the political practices by the Podemos in the pursuit of transformation of the Spanish political system and the new activism model that aims to innovate the forms of party organization, resizes the role of political

* Rosemary Segurado é Cientista Política, professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC/SP e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP) (roseseg@uol.com.br).

leadership in order to expand popular participation and ensure implementation interests of the population in the institutional sphere. We will review the use of networked devices that concentrates the ability to inform and mobilize, allowing the decentralization of policy and questioning specifically the traditional representation through transversality and horizontality in the party structure.

Keywords: Party-movement; Participation; Representation; Transversality; Horizontality.

Podemos é um partido político de formação recente que emergiu como um dos desdobramentos do movimento espanhol 15M, conhecido também por Movimento dos Indignados. Para compreender sua emergência e características, é necessário que voltemos à história a fim de observarmos que essas ações coletivas são resultantes de um processo mais amplo de reconfiguração do ativismo político internacional, especialmente a partir de 2011.

O Movimento 15M é uma referência à data do início da ocupação da Porta do Sol, praça localizada no centro de Madrid. Em 15 de maio de 2011, um movimento de cidadãos espanhóis afetados pelos perversos efeitos da crise econômica internacional de 2008 decidiu organizar uma manifestação para demonstrar sua indignação às precárias condições de vida que atravessavam. A manifestação, inicialmente, tinha dois eixos: a denúncia da influência dos bancos na economia e a falta de legitimidade das instituições para conduzir o país em uma conjuntura econômica adversa, afirmando que essa democracia não representava o povo. Uma das expressões mais utilizadas pelos ativistas era: “Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros”.



Figura 1 – Manifestação de 15 de maio de 2011

Fonte: <http://www.democraciarealya.es/>

O movimento 15M foi uma resposta cidadã aos efeitos da crise econômica internacional

e colocou no centro do debate político espanhol a grave situação socioeconômica do país, evidenciando o esgotamento das bases da transição da ditadura para a democracia, para a condução do país em um contexto de extrema gravidade.

Segundo, López, a transição do franquismo para a democracia teve um caráter particular. O franquismo foi o período da ditadura de Franco, instaurada após a Guerra Civil (1936-1939). O ditador Francisco Franco ficou no poder até sua morte em 1975, sendo que o franquismo ainda permaneceu até 1977 com a dissolução das Cortes Franquistas.

La Transición tuvo una autoría singular. Fue el resultado de un pacto entre elites(...) los pactos fueron el acta de nacimiento de una clase política nueva, hecha a partir de los restos del franquismo político y de un complejo proceso de filtración y selección de las elites de antifranquismo (LÓPEZ, 2015, p. 347).

A crise de legitimidade política era expressa nos manifestantes que exibiam faixas e cartazes questionando o sistema: “Não nos representam” e “O povo unido não precisa de partido”, criando um mal-estar na classe política que se mostrava tão distante dos protestos populares. Os protestos que se iniciaram em Puerta del Sol se espalharam por outras cidades do país, com manifestações multitudinárias demonstrando uma profunda crítica à classe política que estava no poder.

O caráter autogestionário presente nas manifestações e a forma como a multidão aumentava a cada dia dos protestos demonstrava que o povo espanhol clamava por um novo sistema político e que estava em curso um processo destituente. Em última instância, o Movimento dos Indignados colocava ao sistema dois questionamentos claros: Por que não nos representa e se autointitula democracia representativa? E por que nos trata como uma mercadoria nas mãos de banqueiros enquanto nós trabalhadores vivemos em condições de trabalho precárias?

Embora o movimento 15M tenha ganhado notoriedade e conseguido colocar na agenda política do país a necessidade de se pensar um novo sistema político e, por outro lado, a emergência de se desenvolver um sistema econômico que não afetasse ainda mais a população, essa força destituente do movimento ainda não expressava o impulso para a construção de uma alternativa política que pudesse canalizar institucionalmente essas demandas sociais e abrir caminho para a concepção de novas práticas políticas.

Consideramos que a articulação dos protestos de 15M foi um momento fundamental para a compreensão da emergência de *Podemos* e é consensual que nem todos os ativistas desses protestos tinham o interesse em formar um partido político. De certa forma, parcela importante era contrária à participação nesse tipo de institucionalidade.

Em novembro de 2011, poucos meses após os protestos do 15M que deram continuidade a um ciclo de manifestações por todo país, o povo espanhol foi às urnas e, apesar do ambiente de radicalização social, o Partido Popular (PP), de caráter conservador conseguiu o

melhor resultado eleitoral desde a redemocratização de 1977, alcançando maioria absoluta e obtendo plenos poderes para governar. Ao mesmo tempo o *Partido Socialista Obrero Espanhol* (PSOE), socialdemocrata em processo de decomposição social e política, cada vez mais próximo do ideário neoliberal, perdia um número expressivo de votos, demonstrando que os eleitores rejeitavam a gestão política e econômica do partido que estava no poder desde 2008. Significa dizer que, naquele momento, as urnas não acolheram os protestos multitudinários e que o povo espanhol não havia conseguido construir uma alternativa política institucional capaz de impedir a vitória do conservador PP.

Apesar de a vitória do PP ter representado naquele momento um retrocesso, a energia social mobilizada pelo 15M começava a semear novos movimentos sociais, demonstrando que o processo iniciado em 2011 não havia sido derrotado, mas ainda estava em curso. Entre essas forças sociais emergentes, podemos destacar as chamadas *Mareas* (termo em alusão à enxurrada de pessoas em manifestações em defesa dos direitos sociais). As *Mareas* se espalham pelo país discutindo e organizando a sociedade na defesa e ampliação de condições de vida dignas. *Marea Blanca* movimento que luta contra os cortes de verbas para a área da saúde e *Marea Verde* que defende a ampliação de verbas para a educação, entre outras *Mareas* que se espalhavam pelo país.

Ganhou destaque também os movimentos em defesa dos direitos dos imigrantes e contra as políticas xenófobas e racistas por parte do governo espanhol. Situação que ficou ainda mais complexa a partir de 2014 com o aumento da onda migratória para a Europa e a frágil resposta da União Europeia à dramática situação dessas populações.

O movimento de desempregados na Espanha também estava nas ruas, cobrando do governo soluções para o enfrentamento dos altos índices de desemprego vividos no país, aproximadamente 25% da população geral, sendo que ao olharmos para a população jovem essas estatísticas atingiam a casa dos 50%. Impulsionados pelo “Movimento Juventude Sem Futuro” e buscando alternativa à massiva emigração de jovens em busca de trabalho em outros países foi criada a *Maré Granate*. Essas *Mareas* foram se tornando tsunamis em várias partes do país e por onde passavam aumentava o número de adeptos às bandeiras e formas de organização propostas.

Merece destaque a *Plataforma de los Afetados por las Hipotecas (PAH)*, movimento que articula as famílias desabrigadas de suas casas após a crise econômica de 2008 por não conseguirem pagar as dívidas com os bancos. A chamada *bolha imobiliária* na Espanha fez com que milhares de pessoas abandonassem suas casas por não conseguirem quitar seus financiamentos imobiliários, perdendo suas pequenas economias e, evidentemente a própria casa. Semelhante à bolha imobiliária ocorrida nos Estados Unidos, a bolha espanhola se caracterizou por um processo de ampliação do crédito imobiliário às famílias, com taxas subsidiadas, mas em condições draconianas (como não prever a amortização da dívida). Com a

crise, se multiplicaram exponencialmente os casos de inadimplência, levando milhares de famílias não somente a perderem suas casas como continuarem responsáveis pelo pagamento das dívidas imobiliárias com os bancos.

Uma das ativistas mais importantes da PAH na luta contra os despejos das famílias que não podiam pagar suas dívidas bancárias, Ada Colau, foi eleita prefeita de Barcelona em 2015 pela plataforma “Barcelona em Comum” e se tornou uma das referências mais importantes da chamada nova política espanhola. A mobilização contra os despejos na Espanha foi e, ainda é, uma das lutas mais importantes, tendo em vista o impacto social nas famílias obrigadas a fazer diversos arranjos para não irem morar nas ruas. A perversidade imposta pelos contratos gerou até mesmo suicídios de mães e pais de família, dado que a única forma de a dívida ser liquidada seria a morte do titular.

Mesmo com o grave cenário social o governo espanhol se negava a acolher as reivindicações da PAH que pedia a suspensão temporária dos despejos, o cancelamento das dívidas após a entrega de imóveis e a criação de uma política habitacional que pressupunha a criação de aluguel social. É importante ressaltar que os contratos firmados com os bancos na Espanha impõem uma cláusula draconiana, à medida que mesmo que se devolva o imóvel o devedor deve continuar a pagar pela dívida. Esse é o contexto no qual se esboça a crise do regime na Espanha.

Em 2014 o cenário político era desalentador, tendo em vista que as inúmeras manifestações dos movimentos sociais, os protestos em relação à grave situação econômica do país não eram suficientes para pressionar o governo a tomar medidas capazes de enfrentar os problemas do país. Nesse sentido, era necessário buscar alternativa institucional que pudesse dar respostas positivas à efervescência social e política vivida naquele momento. Buscando alternativas para essa situação o chamado grupo promotor¹ de *Podemos* afirmava que era necessário aproveitar a energia social gerada durante o 15M e transformá-la em energia política para intervir na realidade e superar a crise do regime político do país. Assim, em janeiro de 2014 o grupo promotor lançou na internet o manifesto intitulado *Mover Ficha: convertir la indignación em cambio político*, propondo o desafio de se conseguir 50 mil assinaturas de apoio ao lançamento de uma candidatura ao Parlamento Europeu em defesa da cidadania.

Hoy vivimos una crisis de régimen. Tal situación nos sitúa en un escenario de posibilidad de alteración del tablero político español, inédito desde la Transición (IGLESIAS TURRIÓN, 2015, p. 31).

Em poucas horas já registravam expressivo apoio, maior que o número esperado. A partir de então se verificou um salto na proposta de constituição do partido, sendo o primeiro desafio as eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014, nas quais o partido com poucos meses de existência elegeu cinco eurodeputados. Em seguida, vieram as eleições provinciais, municipais e gerais, em que o partido participou sozinho ou em alianças regionais.

O partido começava a ser visto como alternativa à velha política espanhola e precisava

tomar uma decisão: ir de encontro às instituições ou se manter como movimento. Não era uma decisão simples e muito menos consensual. Foi um momento delicado na construção do partido, cujo desafio central era: manter-se fora da institucionalidade ou entrar na institucionalidade?

Ao longo do segundo semestre de 2014, *Podemos* passou por um longo processo participativo que culminou na Assembleia Cidadã de Vista Alegre (em referência ao nome análogo do ginásio poliesportivo que acolheu o evento) na qual se votaram os princípios políticos, éticos e organizativos do partido. Nesse mesmo momento foi escolhido o Conselho Cidadão que é o colegiado que executa as decisões tomadas pela Assembleia Cidadã e presta contas a essa e aos círculos por meio de mecanismos de participação direta.

Esse processo de escolha ocorreu entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014, quando 107.488 pessoas votaram para a composição do Conselho, votação ocorrida através de plataforma *online*, demonstrando o uso que o partido faz das mídias digitais na construção partidária.

A Assembleia de Vista Alegre contou com a inscrição de duas listas expressando dois projetos de organização política: a lista encabeçada por Pablo Iglesias, *Claro que Podemos* e a outra, *Sumando Podemos*, com a participação de Pablo Echenique. O processo foi tenso, questionava-se o fato de serem candidaturas fechadas e com pouco prazo para o debate que contou com a participação de aproximadamente 55 mil pessoas e a lista de Pablo obteve 86,8% dos votos.

A partir desse momento Iglesias passa a ser o secretário geral do partido e *Podemos* começa a se organizar para participar do chamado ciclo eleitoral que terminaria somente em 2016. É preciso dizer que esse não foi um processo simples para o partido, considerando que alguns setores eram contrários à criação desse tipo de estrutura partidária. Era a primeira crise do partido em fase de construção, mas não foi suficiente para impedir que se afirmasse para a cidadania como força política capaz de romper com o bipartidarismo existente no país.

Observamos também que as práticas políticas do *Podemos*, além de contribuírem para a expansão dos espaços de debates e da amplificação das mensagens do movimento-partido, impulsionam a transformação da arena política e, nesse sentido, o espaço público passou a ser ocupado, mas com os valores próprios da política em rede, que nos leva à ampliação de formas cooperativas fundamentais para o desenvolvimento da cultura da colaboração ou do que Michael Hardt e Antonio Negri afirmam ser a produção do comum.

El común son también y con mayor motivo los resultados de la producción social que son necesarios para la interacción social y la producción ulterior, tales como saberes, lenguajes, códigos, información, afectos, etc (HARDT; NEGRI, 2011, p. 10)

A expansão da política do partido para as redes e o seu retorno às ruas desencadeou a ampliação de interlocutores na arena política, propiciando as manifestações de diversos sujeitos sociais e qualificando-os na arena de debates dentro e fora da rede, *online* e *offline*. Para Manuel

Castells, as práticas sociais e políticas da rede, cada vez mais, misturam-se e manifestam-se no espaço urbano, gerando o que o autor denomina espaço da autonomia. Aqui é possível, aproximar o pensamento de Manuel Castells ao de Michael Hardt e Antonio Negri, que embora partam de perspectivas analíticas distintas, abordam a política em rede e na rede, como potencializadora do desenvolvimento de novas práticas coletivas.

Para Manuel Castells a rede possibilita o desenvolvimento do companheirismo e para Michael Hardt e Antonio Negri, os fluxos comunicacionais favorecem o desenvolvimento de modos de vida cooperativos, baseados nas dinâmicas centradas no que denominam por comum. Nesse sentido, não substituem a copresença nos espaços físicos, portanto os acampamentos e as ocupações de 2011 redescobriram essa verdade da comunicação. O Facebook, o Twitter, a Internet e outros mecanismos de comunicação são úteis, mas nada consegue substituir o estar juntos dos corpos e a comunicação corpórea, que é a base da inteligência e da ação política coletiva.

Em todas as ocupações nos Estados Unidos e ao redor do mundo, do Rio de Janeiro a Liubliana, de Oakland a Amsterdã, mesmo nos casos em que elas duraram pouco tempo, os participantes vivenciaram o poder de estar juntos (...) Uma ocupação é uma espécie de happening, ou seja, uma performance que gera afetos políticos (HARDT; NEGRI, 2014, p. 31-32).

Círculos: dinâmica de construção partidária

O processo de construção partidária de *Podemos* tem como estrutura de base os Círculos, espaços de articulação entre os militantes partidários e aqueles que se interessam em conhecer os princípios norteadores de sua ação política. Trata-se de uma estrutura autônoma de debates, organizada em bairros, para discutir a atuação territorial do partido, nos espaços de trabalho com o objetivo de estabelecer a atuação para enfrentamento dos embates no ambiente de trabalho ou ainda nas escolas e universidades, discutindo questões relacionadas à política partidária.

Um aspecto relevante para a análise da estrutura dos Círculos é pensar seu papel na construção partidária. Diferentemente do que se observa nos partidos políticos tradicionais, *Podemos* se propõe a resgatar a noção de “construção partidária pelas bases” e incluir os cidadãos nesse processo. Transversalizando o debate político-partidário e buscando incluir os simpatizantes e militantes no processo decisório do partido, reconhecendo-os como atores fundamentais da política espanhola.

¿Qué es un Círculo Podemos?

Un Círculo Podemos es un punto de una red por la unidad, el cambio y la ruptura democrática. Un grupo que comparte que la dramática situación que vivimos sólo se arregla entre todos y con el protagonismo popular y ciudadano: no podemos seguir confiando en quienes nos han traído a esta situación dramática. Es un espacio ciudadano por la unidad para superar el régimen caduco y cambiar una Europa que hoy está al servicio de una minoría privilegiada.

Un Círculo Podemos no es un grupo de apoyo de un partido, tiene total autonomía y en él caben gentes de diferentes sensibilidades y procedencias que no tienen que renunciar a sus militancias o preferencias.

Un Círculo Podemos es un promotor de la unidad y la convergencia en su territorio, centro de trabajo o estudio. No sobra nadie y faltan todos los que estén por la democracia, los derechos humanos y una vida digna para todos. Por desgracia la oligarquía ha hecho de estos principios, que hoy se incumplen, un programa rupturista; el nuestro (IGLESIAS TURRIÓN, 2014).

Os círculos definem a forma de funcionamento, periodicidade de encontros e reuniões, bem como os locais, tendo em vista que não necessariamente possuem sede para essas atividades. É comum ver reuniões dos círculos em praças ou espaços públicos, demonstrando a prática de transparência presente no partido.

Além da definição de uma agenda de debates própria, relacionada às demandas dos militantes que compõem o Círculo, há o compromisso em debater questões relacionadas às bases ético-partidárias, com o objetivo de incorporar nas práticas políticas esses eixos norteadores.



Figura 2 – Podemos: Código Ético

Fonte: <https://transparencia.podemos.info/docs/codigo-etico.pdf>

O documento sobre o compromisso ético do partido tem com um eixo central as premissas a que se comprometem os integrantes do partido. *Como persona integrante de PODEMOS me comprometo a*, o “Código de Ética de Podemos” é composto por 12 pontos norteadores da ação de seus militantes. Destacamos alguns tópicos fundamentais para entender a proposta de construção partidária, entre eles a participação direta nas definições das políticas públicas a serem defendidas pelo partido:

II. Promover la participación directa e igual de toda la ciudadanía en los espacios de adopción de decisiones y en los ámbitos de ejecución de las políticas públicas.

No que tange à gestão econômica do partido, nota-se que não se trata apenas de discutir as formas de financiamento da ação partidária, mas principalmente de estabelecer os vetos necessários a tipos de práticas econômicas frequentemente utilizadas pelos partidos políticos tradicionais e que não estão em consonância com as bases ético-políticas do partido.

Significa dizer que a estrutura econômica do partido tem que estar em consonância com seus princípios políticos que critica o sistema financeiro, os privilégios de políticos em cargos públicos ou internos do partido. A transparência é princípio norteador da ação partidária e merece destaque, tendo em vista que a ação política não pode ser trampolim para ascensão social de qualquer militante partidário. Essas definições buscam evitar os desvios ideológicos já observados em partidos ou movimentos sociais da Espanha e de várias partes do mundo.

Gestão econômica do partido:

X. Impedir que Podemos en su gestión económica participe de productos bancarios de financiación de instituciones basadas en el lucro. Se excluye expresamente la posibilidad, por tanto, de financiación bancaria en este sentido.

XI. Construir PODEMOS como plataforma para garantizar que la política deja de ser un espacio al servicio de intereses privados, para lo cual todos los cargos electos y cargos internos de PODEMOS aceptarán: a) La limitación salarial que se establezca con carácter general para cada nivel de representación, asumiendo la total transparencia de sus ingresos por cualquier concepto y la obligación de rendir cuentas públicas y asumir la gestión transparente de su patrimonio.

b) La limitación que se establezca con carácter general sobre el número de funciones públicas que pueda desempeñar una única persona y a recibir un único salario por las mismas, salvo que sumen menos de tres salarios mínimos.

c) La renuncia a cualquier privilegio jurídico o material derivado de forma directa de la condición de representante, proveyendo desde la responsabilidad del cargo público evitar el acogimiento a cualquier figura de aforamiento judicial.

d) El compromiso de transparencia y la rendición de cuentas a lo largo y al final de su actividad como representante (PODEMOS, 2016).

As medidas acima elencadas também têm o objetivo de evitar o processo de burocratização e de absorção dos militantes do partido pelas máquinas das instituições políticas; *Podemos* estabeleceu critérios e regras para a ocupação de cargos. Primeiramente, limite de três salários mínimos, aproximadamente dois mil euros. Essa medida visa impedir a criação de uma “casta” de funcionários a serviço do partido e evitar os desvios verificados em outras experiências políticas, quando militantes ocupam cargos e mudam de posição socioeconômica.

Outra restrição do partido está relacionada ao que os espanhóis chamam de participação no sistema de portas giratórias. É a forma de explicar quando um representante eleito ou ocupante de cargo de confiança em alguma instância institucional, passe, após o término do seu mandato, a ocupar um cargo em Conselhos de Administração de empresas privadas prestadoras de serviços públicos. Essa decisão do partido é uma das mais importantes no que tange a evitar o tráfico de influências típico das máquinas partidárias em processo de burocratização. Na Espanha esse processo levou à dilapidação do patrimônio público e ao sistema de troca de favores, expediente bastantes utilizado pelo PSOE e PP.

Portas Giratórias:

f) Asumir la imposibilidad de ocupar el acceso después de asumir cargos públicos a la empresa privada cuya actividad haya o hubiera tenido conexión

de intereses en sus tareas como representante, con prohibición expresa de asumir durante 10 años responsabilidades ejecutivas en empresas conexas con sus responsabilidades, y nunca como miembros en Consejos de Administración de empresas que actúen en sectores estratégicos o de relevancia económica nacional, así como proveer efectivamente no acogerse a ningún beneficio fiscal que pudiera derivarse de la actuación de cargo público (PODEMOS, 2016).

Outras medidas, da mesma natureza, têm o objetivo de impedir que o cargo a ser ocupado pelo militante do partido represente uma espécie de ascensão social, implicando em acomodamento nas funções e desvirtuamento dos princípios políticos norteadores da fundação do partido. As viagens para atividades partidárias devem ser realizadas em voos de classe turística, além da renúncia aos privilégios concedidos a parlamentares, tais como motorista e carro oficial, cartões corporativos, etc.

Trata-se de não reproduzir os mesmos desvios políticos de partidos de direita ou de centro, não se acomodar na máquina institucional e, principalmente, entender que a passagem por essas instâncias é transitória e com objetivo de fazer a luta política para as mudanças sociais necessárias. Estabelecer a permanência máxima de oito anos em cargos públicos, prorrogáveis por mais quatro mediante decisão da Assembleia partidária. Essa deliberação tem o objetivo de impedir que a representação se transforme em profissão e fazer jus ao seu sentido original, tendo em vista que ela não pode ser considerada um fim em si mesma, mas deve estar vinculada às necessidades coletivas dos cidadão, não pode ser comparada a uma carreira exercida no campo profissional. A representação política deve ser entendida a partir de princípios políticos coletivos e não reforçar aspectos da propalada meritocracia individual.

Representação:

i) Limitación de mandatos asumiendo la limitación de cargos públicos o internos del 7 partido a una duración de ocho años, que pudiera prorrogarse excepcionalmente a un máximo de 12 años.

XII. Además, todas las personas titulares de CARGOS DESIGNADOS POR PODEMOS en cualquier órgano de las ADMINISTRACIONES PÚBLICAS o de cualesquiera de sus ENTES INSTRUMENTALES deberán aceptar:

b) A no tener ningún privilegio jurídico o material derivado de forma directa de la condición de representantes proveyendo desde la responsabilidad del cargo público evitar el acogimiento a cualquier figura de aforamiento judicial.

c) La limitación salarial que se establezca con carácter general para cada nivel de responsabilidad, sin que pueda superarse en ningún caso el sueldo más alto establecido para el nivel del grupo funcional o laboral para el que estén capacitados en función del título exigido para el ingreso (A1, A2, B, C1 y C2) en cada Administración Pública, salvo en lo concerniente a las cotizaciones por desempleo d) A renunciar en las Administraciones y Empresas Públicas a percibir un salario superior a los recogidos en el convenio colectivo o en el régimen retributivo del resto de personas empleadas sin percepción de complementos o conceptos retributivos diferentes. No habrá privilegios de ningún tipo, solamente los derechos derivados el Convenio Colectivo que les será íntegramente de aplicación.

e) A no cobrar sueldos o remuneraciones, cualquiera que sea su denominación, por la pertenencia a los Consejos de Administración de ningún Ente u Organismo Público, derivada del ejercicio de sus funciones públicas. f) A renunciar a cualquier plan o fondo de pensión que la

Administración Pública respectiva pudiese haber contratado al margen de los que tengan derechos los empleados públicos. No habrá más derechos en materia de jubilación con cargo a los fondos públicos que los establecidos en la Seguridad Social, en Clases Pasivas del Estado o aquellos que la Administración Pública tenga contratados para sus empleados públicos.

i) Las personas titulares de altos cargos renunciarán a la asignación de vehículo oficial de carácter permanente excepto cuando los cuerpos de seguridad del Estado así lo recomienden expresamente por razones de protección personal. En cualquier otro caso, el uso de vehículos oficiales sólo podrá hacerse cuando sea imprescindible para el servicio público, en la forma y condiciones similares a las del resto del personal y en ningún caso se utilizarán para desplazarse al domicilio propio o familiar u otros usos no vinculados con lo estrictamente necesario para el ejercicio de las funciones públicas. En lo posible darán ejemplo con el uso de medios de transporte colectivo u otros medios de transporte respetuosos con el medio ambiente (PODEMOS, 2016).

Destacamos que as regras de financiamento do partido também são alvo de importantes transformações em relação aos demais partidos políticos espanhóis. Em primeiro lugar, observamos nos estatutos a proibição de solicitação de empréstimos bancários e, desse modo criaram um sistema interessante de empréstimos durante as campanhas eleitorais, momento em que as necessidades de campanha impõem a inevitabilidade de aumento das receitas do partido, portanto, os apoiadores são convidados a emprestarem de 100 a 1.000 euros ao partido, sistema de microcréditos, devolvidos meses após a campanha. Além disso, contam com doações de pessoas físicas que podem ir de 5 a 50 euros. Essas deliberações existem independentes das regras instituídas, significa dizer que a preocupação não é apenas com as normas legais, mas principalmente as morais, ou seja, não basta não ser lícito é preciso ser ético.

O financiamento partidário se estrutura em três princípios centrais: inovação, independência e transparência, conforme está definido no site do partido, conforme é possível observar no site do partido:

Inovación:

Para poder financiarnos sin depender de los bancos ni de los poderes económicos, apostamos desde el inicio por desarrollar herramientas de financiación innovadoras y participativas inspiradas en los valores de la economía colaborativa, de manera que proponemos que la ciudadanía sea copartícipe de la financiación de los proyectos. Estas herramientas son las colaboraciones, los *crowdfundings* y los microcréditos

Independencia:

Para no cometer los errores del pasado, es imprescindible hacer las cosas de forma diferente. Tenemos el firme compromiso de no depender de los bancos ni de los poderes económicos. Por eso, desde nuestro nacimiento, ha sido una prioridad ampliar al máximo la base de donantes y colaboradores, por lo que hemos establecido límites a las donaciones más exigentes que los que determina la ley.

Transparencia:

En Podemos practicamos la transparencia que queremos ver en las instituciones. Nos obligamos a mostrar en qué nos gastamos hasta el último euro. En nuestros Estatutos nos comprometimos a publicar nuestras cuentas de forma trimestral y a presentarlas de forma accesible y comprensible. En nuestro Portal de Transparencia incluiremos el detalle y la factura de cada

gasto (PODEMOS, 2016).

Campanha de microcréditos

Os microcréditos são formas de financiamento de projetos sociais com o fundo criado a partir da diferença salarial recebida pelos cargos públicos do partido. Considerando que o partido estabelece o teto de três salários mínimos para todo membro que ocupar um cargo público e que, na maioria das vezes, os salários recebidos ultrapassam esse teto, a diferença é utilizada para financiar projetos sociais considerados relevantes para a atuação partidária.



Figura 3 – Podemos: Campanha de Microcréditos

Fonte: Podemos (2016).

O sistema de *crowdfunding*, financiamento coletivo, também é utilizado pelo partido e possui um sistema de prestação de contas para garantir a transparência em relação à gestão do dinheiro arrecadado e o uso para o qual foi destinado.



Figura 4 – Podemos: Financiamento Coletivo

Fonte: Podemos (2016).

Novos discursos, novas práticas

O discurso do partido subverte a velha lógica política de esquerda e direita,

apresentando-se como um partido transversal que coloca em novos termos as questões historicamente exploradas nas organizações políticas mais tradicionais. A disputa entre os de “baixo” e os de “cima” busca traduzir para a maioria da população que o embate principal está entre os que estão ao lado do povo e aqueles que estão contra o povo que seria composto pelo que *Podemos* define como *casta*.

Monedero, um dos fundadores de *Podemos* em entrevista irá dizer que, mais que reproduzir a clássica diferenciação entre direita e esquerda, trata-se de repensar as práticas da esquerda e buscar a recomposição do pensamento emancipador:

Uno de los problemas principales del pensamiento emancipador fue el divorcio entre reforma, revolución y rebeldía. Los partidos comunistas apelaban a la revolución, los partidos socialdemócratas al reformismo, y los partidos anarquistas a la rebeldía. Y creo que ese divorcio ha perjudicado a los tres: el reformismo se convirtió en un mero gestor del sistema al perder de vista su transformación radical; los revolucionarios se quedaron solos al no reconocer que íbamos consiguiendo logros que había que, simplemente, gestionar, los dos perdieron fuerza al renunciar al pensamiento libertario, que aportaba espontaneidad y fuerza; y al pensamiento libertario le ocurría como a las olas en el mar, que solamente existen cuando hay viento, al renunciar a los elementos de construcción de estructuras propias de la revolución o de la reforma. Este divorcio ha sido profundamente improductivo; hay que reconstruirlo en sus tres ámbitos, en los tres. Tenemos que reinventar ese espacio antaño llamado izquierda (GIL; BARCIA, 2015, p. 201-202).

Com essa nova discursividade associada à elaboração de estratégias de comunicação política, o partido buscou inovar e explorar a imagem de liderança política jovem, oriunda da universidade, com discurso crítico, contundente, buscando mostrar uma *cara nova para a velha política*. Dessa forma, em janeiro de 2015 o partido convocou uma manifestação multitudinária na qual Pablo Iglesias foi apoiado por aproximadamente 200 mil pessoas. A nova política estava encontrando uma “cara” e a liderança de Iglesias era afirmada como possibilidade de enfrentar as “velhas caras” da política espanhola.

É importante ressaltar que houve manifestações contrárias à ênfase dada à liderança política de Pablo Iglesias e alguns setores oriundos do 15M, contrários à criação de um partido e na participação nas instituições, preferiam se manter na forma movimento-partido e não ir de encontro à institucionalidade. Criticavam as lideranças políticas tradicionais, à verticalidade própria das instituições políticas e acreditavam que o espírito do 15M deveria ser mantido.

As experiências vividas nas mobilizações do 15M foram fundamentais para manifestar o descrédito nas lideranças políticas e nos partidos tradicionais (de direita, centro ou esquerda) e para explicitar a impossibilidade de uma sociedade verdadeiramente democrática no atual sistema representativo. A questão da liderança política vista por alguns militantes como um processo natural da organização política, embora realizem críticas contundentes à forma como as lideranças políticas tradicionais atuam, de forma desconectada do sentimento geral da população.

A crítica central dos protestos ocorridos no 15M, expressa na palavra de ordem “não nos representam”, não se tratava exatamente de repudiar qualquer forma de representação e de liderança política, mas principalmente de pensar como era possível o exercício da política de forma mais horizontalizada, mais participativa, o que não exclui a necessidade de ter porta-vozes que atuam na dinâmica cotidiana da política.

O que vai ao encontro ao dito por Hardt e Negri (2014) de que projetos políticos eficazes não precisam estar aferrados a líderes e estruturas centralizadas, mas que lideranças podem vir de projetos voltados para o consenso e para o encaminhamento de questões e que “[...] as assembleias compartilham a intenção de interromper as tendências arraigadas de centralizar o poder num pequeno grupo de líderes” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 121).

Retomando a ideia do “ecossistema participativo complexo” do *Podemos* que busca articular os mecanismos institucionais centralizadores a uma participação horizontal, nos parece bastante significativo o papel da liderança política nesse contexto, especialmente na efetivação do experimento gerado nos espaços deliberativos e horizontais para os espaços institucionais tradicionais. Também é possível verificar um conflito interno no partido, considerando que a combinação entre dispositivos horizontais e verticais nem sempre é harmônica e, em muitos momentos, gera um desconforto e, principalmente, pelo fato de o partido ainda não ter conseguido em seu curto tempo de existência estabelecer algumas diretrizes partidárias e ideológicas.

Nesse sentido, *Podemos* não descarta a necessidade de lideranças políticas, mesmo que essa tenha sido uma das críticas mais frequentes nas mobilizações de 2011 na Espanha, mas antes compreendem o partido como instrumento e seus líderes como porta-vozes de uma indignação social que se fez indignação política e que precisa ser operacionalizada.

Em entrevista realizada por Pablo Iglesias a Antonio Negri para o programa La Tuerka, verificamos que:

O problema da liderança é um problema que nasce naturalmente e necessariamente dentro de uma sociedade em que o poder midiático é central. O problema é que esta liderança deve estar submetida a contrapoderes que sejam definidos constitucionalmente. Sou um institucionalista forte. Não acredito que as lutas podem avançar sozinhas. Não acredito que os movimentos possam se sustentar simplesmente sobre a base do entusiasmo. Entusiasmo e liderança se parecem muito. Temos que encontrar uma fórmula multitudinária na qual o Estado, que é o UNO, siga um Estado Multitudinário. É preciso seguir fórmulas de contrapoder inseridas no nível constitucional (...). Evidentemente se aceita um líder num momento de mobilização e quando isso está garantido por um projeto, um projeto de liberação de todas as energias sociais (...). O problema hoje é que não temos mais líderes como Martin Luter King ou Malcoon X, temos lideranças eleitorais ligadas aos instrumentos da comunicação (...). O problema da liderança se converte em algo extremamente difícil. A liderança tem que estar verdadeiramente enraizada de maneira mais forte no movimento (NEGRI, 2015, 38).

O funcionamento em rede sem um centro que concentre a capacidade de informar e de

convocar possibilita a descentralização da política e estimula o redimensionamento do papel das lideranças políticas. Evidentemente, as redes sociais não encerram o papel das lideranças políticas, mas impõem às lideranças a necessidade de se pensar em novas práticas que convirjam com os anseios que hão de estruturar a chamada nova política.

Nesse sentido, a liderança política de Pablo Iglesias foi sendo construída, principalmente, por sua participação em debates televisivos e, nota-se que a capacidade de articulação de uma narrativa crítica sobre a situação política e econômica espanhola foi um dos pontos fundamentais que fez com que Iglesias trouxesse audiência para muitos programas televisivos e que tornasse o partido cada vez mais conhecido.

Considerações finais

O partido surgiu, portanto, em um contexto de crise econômica e política – crise do modelo de representação associada ao elevado índice de desemprego –, um processo que resultou em um novo modelo de ativismo que busca formas de organização partidária que sejam capazes de impulsionar a participação popular e garantir o cumprimento dos interesses da população na esfera institucional.

Contudo, e a despeito de o ativismo político ser extremamente importante – e essa é uma das ideias organizadoras do *Podemos* ressaltada por Santos (2015) –, a política não se sustenta apenas pelos considerados “politicamente ativos”, mas também pelo cidadão comum. Assim, a institucionalidade da política requer instrumentos próprios que a disputem. E o *Podemos* deixa de ser um movimento-partido para se tornar um partido-movimento.

Portanto, o partido *Podemos*, tendo como objetivo principal, segundo seus membros, a dinamização do sistema político espanhol face ao esgotamento da capacidade de interlocução e articulação dos cidadãos, instrumentaliza um dos princípios base de um processo constituinte, segundo Hardt e Negri (2014), presente na constituição de diversos movimentos sociais, sendo ele a rejeição à representação política tradicional e a construção de esquemas de participação democrática. Para os autores, vivemos uma crise que é não apenas econômica, social e política, mas também constitucional:

Como as pessoas poderiam se associar intimamente em torno do comum e participar diretamente da tomada de decisão democrática? Como a multidão poderia se tornar governante das instituições do comum de maneira que reinventasse e concretizasse a democracia? Essa é a tarefa de um processo constituinte (HARDT; NEGRI, 2014, p. 65).

E esse poder constituinte pode ser entendido como uma força ilimitada, transformadora, revolucionária (NEGRI, 1993). Portanto, tem uma potência criadora, algo que Santos (2015) também identificou na composição do *Podemos*, tanto como inovação política quanto como expressão de um inconformismo especialmente diante do “sequestro” da democracia representativa, que idealmente deveria contemplar interesses distintos à vontade do capital.

A passagem de um processo destituente para um processo constituinte trouxe ao partido a necessidade de transformar uma indignação social para uma indignação política, ou de uma mudança social para uma mudança política, o *Podemos* busca instrumentalizar aquilo que Castells (2013) identificou nos movimentos sociais contemporâneos: o fato de serem uma alavanca da mudança social.

Referências

BESCANSA, Carolina; ERREJÓN, Íñigo; IGLESIAS, Pablo; JEREZ, Ariel; MONEDERO, Juan Carlos; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. ¿Transición ejemplar? **Público**, 13 dez. 2008. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/dominiopublico/955/¿transicion-ejemplar/>>. Acesso em: 14. jun. 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOMSKI, Noam. **Occupy**. London: Peaguin Group, Pearson, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel: a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIL, Andrés; BARCIA, J. V. **Voces del cambio: el fin de la España de la transición**. Barcelona: Roca Editorial, 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidões: guerra e democracia na era do Império**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Commonwealth: el proyecto de una revolución del común**. Madrid: Akal, 2011.

_____. **Declaração: isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

IGLESIAS TURRIÓN, Pablo. **Círculo Podemos**. 2014. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/pablo-iglesias/760/circulos-podemos/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

_____. **Uma nueva transición: materiales del año del cambio**. Madrid: Akal, 2015.

LÓPEZ, Emmanuek R. **Por qué fracasó la democracia en España: la transición y el régimen del 78**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem: poder e potência política em Spinoza**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Entrevista**. Madrid, La Tuerka, 31 maio 2015. (50 min). Entrevista a Pablo Iglesias Turrión. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BOpTvdOXF9U>> Acesso em: 30 de nov. 2016.

PODEMOS. Disponível em: <<https://podemos.info/>> Acesso em: 29 de nov. 2016.

RAMOS PÉREZ, A. Apuntes sobre innovaciones representativas y participativas en Podemos. **Teknokultura**, v. 12, n. 1, p. 169-176, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Boaventura, de Atenas: Syriza e Podemos em cheque**. Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/boaventura-de-atenas-syriza-e-podemos-ameacados/>>. Acesso em: 29 de nov. 2016.